

SUMÁRIO

PREFÁCIO — <i>Oris de Oliveira</i>	11
INTRODUÇÃO	15
1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	15
2. O DANO MORAL	18
2.1. Conceitos preliminares.....	18
2.2. A moral.....	21
2.3. Caráter histórico da moral.....	22
2.4. Origens da moral	23
2.5. Doutrinas éticas fundamentais	25
2.5.1. A moral grega	26
2.5.2. Sócrates	26
2.5.3. Platão.....	26
2.5.4. Aristóteles.....	27
2.5.5. Estoicos e epicuristas	27
2.5.6. Ética cristã medieval.....	28
2.5.7. A ética tomista.....	29
2.5.8. A ética moderna	29
2.5.9. Kant.....	30
2.5.10. A ética contemporânea.....	31
2.5.11. Kierkegaard	31
2.5.12. Jean-Paul Sartre	31
2.5.13. Freud e a moral	31
2.5.14. A ética marxista.....	32
3. DIREITOS DA PERSONALIDADE.....	34
3.1. Conceito e evolução histórica.....	34
3.2. A honra como ínsita nos direitos da personalidade.....	36
Capítulo I DO CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO ATÉ A DISPENSA DO EMPREGADO	
1. O CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO	39

2.	ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	43
3.	EXTINÇÃO DA RELAÇÃO DE EMPREGO — A DISPENSA DO EMPREGADO	45
4.	A VISÃO CONTEMPORÂNEA DA DISPENSA DO EMPREGADO.....	47
5.	A CONFIGURAÇÃO DO SISTEMA TRABALHISTA BRASILEIRO	49
6.	ESTABILIDADE NO EMPREGO — SITUAÇÃO ATUAL.....	50
7.	A REPARAÇÃO PELA PERDA DO EMPREGO	51

Capítulo II O DANO MORAL

1.	OS PRINCÍPIOS BÁSICOS QUE REGEM O DANO MORAL	54
1.1.	Definição do dano moral	54
1.2.	A evolução histórica do conceito de dano moral.....	57
1.2.1.	O Código de Hamurabi	57
1.2.2.	As Leis de Manu	58
1.2.3.	Egito	59
1.2.4.	China.....	60
1.2.5.	Roma	60
2.	POSIÇÕES DOUTRINÁRIAS ACERCA DA REPARABILIDADE DOS DANOS MORAIS.....	61
2.1.	Posições doutrinárias negativistas	62
2.2.	Posições doutrinárias ecléticas	69
2.3.	Posições doutrinárias positivas.....	70
3.	O RESSARCIMENTO DO DANO MORAL	72
4.	O DANO MORAL E AS DECISÕES DOS TRIBUNAIS	75
4.1.	Posição de nossos Tribunais antes da Constituição Federal de 1988.....	75
4.1.1.	Posição do Supremo Tribunal Federal.....	75
4.1.2.	Tribunais Estaduais	76
4.2.	Posição de nossos Tribunais após a Constituição de 1988.....	77
4.2.1.	Supremo Tribunal Federal.....	77
4.2.2.	Os Tribunais Superiores	77
4.2.3.	Superior Tribunal de Justiça.....	77
5.	AS INDENIZAÇÕES POR DANO MORAL.....	79
6.	O ARBÍTRIO DO JUIZ NA REPARAÇÃO DO DANO MORAL	83
7.	O DANO MORAL E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.....	85

Capítulo III

O DANO MORAL NA ÓRBITA DO DIREITO DO TRABALHO

1.	COMO PODE OCORRER O DANO MORAL TRABALHISTA.....	90
2.	O DIREITO DO TRABALHO E O DIREITO CIVIL EM FACE DO DANO MORAL	93
3.	A CARACTERIZAÇÃO DO DANO MORAL TRABALHISTA	95
4.	A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE DANO MORAL NO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL.....	99
5.	A PROVA DO DANO MORAL NO DIREITO DO TRABALHO	106
5.1.	Conceituação	106
5.2.	Os trabalhadores irregulares e o direito à reparação por dano moral.....	108
6.	A CONFIGURAÇÃO DO DANO MORAL TRABALHISTA.....	110
7.	ELENCO DOS FATOS GERADORES À REPARAÇÃO DO DANO MORAL TRABALHISTA	114
8.	AS FASES EM QUE SE PODE VERIFICAR O DANO MORAL TRABALHISTA	124
8.1.	Fase pré-contratual.....	124
8.2.	No momento da contratação	129
8.3.	Na fase de execução do contrato	130
8.4.	No ato da despedida do empregado.....	135
8.5.	Após a extinção do contrato de trabalho.....	136
9.	A JUSTIÇA COMPETENTE PARA JULGAR O DANO MORAL TRABALHISTA	137
9.1.	A posição da doutrina atual.....	137
9.2.	A posição de nossos Tribunais.....	139
9.3.	Acidente de trabalho — Competência.....	144
10.	O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E A TUTELA DO DIREITO EXTRAPATRIMONIAL DOS TRABALHADORES.....	155
10.1.	Assédio moral	159
10.2.	Dano moral coletivo	163
10.3.	Prescrição do dano moral trabalhista	168
10.3.1.	Prescrição do dano moral decorrente do acidente de trabalho	176

Capítulo IV

A AVALIAÇÃO DA EXTENSÃO DO DANO MORAL TRABALHISTA E FORMAS DE REPARAÇÃO

1.	A AFERIÇÃO DO DANO MORAL NO DIREITO DO TRABALHO.....	181
----	--	-----

2.	DANO MORAL E CRIME — CORRELAÇÃO DO TEMA NO DIREITO PENAL E NO DIREITO DO TRABALHO	183
2.1.	Poder disciplinar do empregador privado	189
3.	O DANO MORAL CAUSADO PELO EMPREGADO	192
4.	AS FORMAS DE REPARAÇÃO DO DANO MORAL TRABALHISTA ...	194
4.1.	Sanção <i>in natura</i>	194
4.2.	Sanção pecuniária	195
5.	CUMULATIVIDADE DOS PEDIDOS DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E DANO MORAL NA ÓRBITA DO DIREITO DO TRABALHO	197
6.	A DUPLA FUNÇÃO DA INDENIZAÇÃO.....	199
7.	A TESE DA APLICAÇÃO DO “PUNITIVE DAMAGE” NA REPARAÇÃO DO DANO MORAL TRABALHISTA	200
8.	A DETERMINAÇÃO DO “QUANTUM SATIS” DA INDENIZAÇÃO TRABALHISTA	202
9.	DIREITO COMPARADO.....	207
9.1.	Itália.....	207
9.2.	França	208
9.3.	Alemanha.....	209
9.4.	Portugal	210
9.5.	Suíça	210
9.6.	Estados Unidos e Inglaterra.....	210
9.7.	Argentina	211
9.8.	Bélgica.....	211
	CONCLUSÃO	213
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	217